

As práticas educativas da economia solidária e a construção coletiva de um projeto alternativo

Rosana Kirsch¹
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
rosanak@unb.br

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar em que medida os processos educativos realizados por entidades de apoio à economia solidária favorecem a construção de sujeitos emancipados. As atividades de educação não-formal direcionadas para os trabalhadores de empreendimentos autogestionários e promovidas por ONGs e algumas prefeituras, são o objeto desta pesquisa. Diferentes componentes fazem parte destes programas de formação. Os trabalhadores demandam saberes técnicos, para a gestão do empreendimento e conceituais, para a construção de princípios. Entretanto, pela situação de precariedade e necessidade de trabalhar e gerar renda, os processos de capacitação se restringem ao instrumental. A questão central deste estudo vem ao encontro das discussões em relação ao risco desses empreendimentos, identificados como sendo de economia solidária, servirem de meros paliativos ao processo de exclusão do sistema vigente. Frente à gama de entidades que têm desenvolvido atividades de formação e capacitação no Rio Grande do Sul, fez-se um recorte analítico. Uma organização emblemática frente ao tema, o CAMP, foi investigada com maior profundidade neste trabalho.

Palavras-chave

Economia Solidária – Educação Popular – Solidariedade – Autogestão – Emancipação

Introdução

A expansão da economia solidária no Rio Grande do Sul tem sido notável nos últimos quinze anos. Motivada por vários fatores, como a crise estrutural e as práticas da economia popular, esta mudança no cenário social redimensiona o campo de atuação de muitas organizações não-governamentais (ONGs) e implica na criação de algumas políticas em governos municipais, estadual e nacional. Este trabalho pretende analisar os processos educativos realizados por estes agentes², cuja proposta teórico-metodológica tem base na educação popular, que são direcionados para os trabalhadores de empreendimentos autogestionários. O estudo foi delimitado para os espaços de educação não-formal e selecionou-se o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), de Porto Alegre, que no momento da pesquisa (2004) desenvolvia atividades em quatro regiões do Rio Grande do Sul.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (SOL/ UnB).

² Agentes, segundo TIRIBA (2001), são aqueles que fora do empreendimento apóiam, estimulam, financiam e/ ou assessoram os trabalhadores autogestionários.

O estudo do CAMP, entidade emblemática frente ao tema proposto, foi direcionado para a educação popular, o início das suas atividades voltadas para a economia solidária e o desenvolvimento destas ações educativas entre os empreendimentos econômicos solidários (EES).

Emergência da economia solidária

A economia solidária é um fenômeno novo, ainda que, em várias épocas seja possível localizar experiências que também eram pautadas por princípios de autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação. Neste trabalho entende-se a economia solidária como um projeto econômico diferente do capitalista, onde os meios de produção são dos operários e as relações de trabalho são permeadas pela solidariedade.

A revitalização do trabalho autogestionário se dá concomitante ao aumento crescente do desemprego. Em 1990, o índice de pessoas sem emprego formal dobrou em relação aos anos 1980; neste mesmo período, mais que duplica o tempo médio de procura por um emprego. Para incluir todos aqueles que procuram trabalho assalariado, seria preciso que no Brasil se crie 1,5 milhão de empregos por ano, tendo um crescimento de 7% ao ano do PIB³ (POCHMANN apud KRAICHETE, 2000, p. 17).

Frente ao contexto excludente e revigorados pela abertura política, setores da Igreja Católica e algumas organizações não-governamentais norteiam seus projetos, já na década de 1990, para a geração de trabalho e renda e para a construção de cidadania. Identificadas a demanda por renda e a incapacidade do mercado formal em supri-la, além do crescimento do trabalho por conta própria, as entidades buscam promover assessoria e financiamento que alavanque um outro tipo de desenvolvimento.

Este desenvolvimento é definido como vinculação entre econômico e social, proteção da qualidade da vida em geral, justiça social, superação da acumulação de riquezas e das desigualdades sociais, viabilidade econômica e promoção da autonomia e soberania das diversas culturas (MILANEZ, 2003). É no processo de assessoria que as experiências de geração de trabalho e renda vão progressivamente sendo identificadas como EES e configurando a economia solidária, ou economia popular solidária.

O desafio dos agentes está em construir um processo de assessoria em conjunto com os trabalhadores. O processo se fundamenta somente quando os trabalhadores se assumem como sujeitos emancipados, tanto no processo de trabalho, autogestão endógena ao empreendimento, quanto na constituição da economia solidária, autogestão exógena, bem como ao “livrar-se do poder exercido por outros, conquistando ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e de cidadania no Estado democrático de direito” (CATTANI, 2003, p. 130). Porém, é muito claro neste momento que os EES

³ O PIB em 2003 teve um índice decrescente de 0,2%.

estão muitas vezes colocados em situações de precarização e precisam de instrumentos mínimos para se viabilizar e cumprir o seu objetivo imediato, que é gerar renda para os trabalhadores. Como lembra Gaiger (2000, p. 267):

A considerar o seu estágio atual, não se pode afirmar que exista no Rio Grande do Sul uma economia solidária configurada como um campo integrado e sistêmico, mas sim uma teia enorme e variada de iniciativas econômicas de cunho associativo, diversamente organizadas, aglutinadas por vezes em segmentos que gravitam via de regra em órbita própria. Nota-se, outrossim, com o propósito de vencer a dispersão e o isolamento dessas inúmeras experiências, ações incipientes de integração econômica, ao lado de programas de apoio com razoável poder irradiador. Nos últimos anos, é nítida a multiplicação de agências e instituições de fomento, a implementação de políticas públicas específicas em alguns municípios e a progressiva convergência de propósitos entre as instituições mediadoras.

A viabilização do EES e a configuração de uma outra economia vão sendo promovidas com auxílio de atividades de capacitação desenvolvidas por agências de fomento e políticas públicas. Conforme Corrêa (200-, p. 10), “ninguém acorda de um dia para o outro ‘autogestionário’, se faz necessário um processo de reflexão crítica, concomitante com o desenvolvimento dos processos de trabalho”. Tiriba (2000, p. 102) também afirma que “poucos trabalhadores têm conseguido produzir a si mesmos como senhores do seu próprio trabalho, articulando ciência e técnica, teoria e prática, a partir de seus interesses de classe”. Assim as atividades de capacitação e formação visam, com ênfase diferenciada conforme o agente, desenvolver habilidades técnicas de gestão e conteúdos teóricos, em encontros de vários grupos, reuniões com representantes de empreendimentos, acompanhamento das atividades dos trabalhadores.

As práticas educativas na economia solidária

A construção de um projeto alternativo que tenha como um dos seus elementos a economia solidária e cujo processo de constituição seja norteado pela educação popular é um fenômeno possível de ser localizado em outras épocas. Algumas indicações desta aproximação podem ser encontradas no trabalho desenvolvido em Natal, nos anos 1960, apresentado no livro “De pé no chão também se aprende a ler”. Góes (1980, p. 105) descreve como a campanha de mesmo nome que o livro promoveu primeiramente, a alfabetização de crianças e, na continuidade, de adultos, bem como alternativas de geração de renda.

O desemprego, o subemprego, a falta de qualificação profissional, as esperanças de desempregados, a Campanha terá aumentado os ganhos de muitos pais de família, colocando-os acima dos níveis marginais, ao oferecer uma iniciação profissional [...] Em 1964, já estavam redigidos os estatutos de uma cooperativa [...] era a saída, também, para o autofinanciamento da Campanha que, pelo fato

de ter de comprar materiais diversos, já estava demonstrando ser bastante onerosa.

O autor finaliza o livro mostrando que a Campanha termina numa fase em que a profissionalização era a tônica. Não a luta de classes ou a conscientização, mas a tentativa de buscar uma solução para aquela população que esperava os benefícios da industrialização, prometidos pela SUDENE, e que não chegaram ao Rio Grande do Norte, naqueles anos 60.

O golpe militar de 1964 vai abortar a campanha empreendida em Natal e outras tantas que vinham sendo promovidas por todo o Brasil, mas com concentração de ações no Nordeste, por vários agentes: Movimento de Alfabetização de Base (MEB), pelo Movimento de Cultura Popular (MCP), pelo Sistema Paulo Freire, Movimento Popular de Alfabetização, pelos Centros de Cultura Popular (CPC). Não se pode afirmar que, nos processos empenhados por estes projetos pedagógico-políticos, a questão da geração de trabalho e renda tenha sido enfocada, mas há em todos eles a busca da libertação dos setores populares, que naquele momento tinha como enfoque a da leitura do mundo, através da alfabetização e da conscientização.

No atual contexto, a sociedade neoliberal, homogeneizante, premida pela ditadura do capital, coloca à margem grande parcela da população. A educação popular, sensível e movida pelas demandas e para a libertação dos setores populares, se encontra com a economia solidária e busca construir alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista. Gadotti (apud UMBELINO, 2000, p. 36) observa que, a partir da década de 90, ocorreu um certo redimensionamento das práticas de educação popular. Segundo este autor, há um certo refluxo das práticas "mais centradas na conscientização ideológica e reivindicativa e uma maior vitalidade de experiências que tendam dar respostas a problemas concretos".

As concepções de educação popular em outras épocas estiveram na luta de fortalecimento e formação de movimentos populares, foram importantes atores durante a abertura política do País. Naquele momento, década de 80, havia entre os educadores populares e os teóricos desta proposta a expectativa de mudanças radicais e revolucionárias. Uma ruptura neste pensamento e um enfraquecimento da pedagogia de classes ocorrem com a queda do Muro de Berlim e as alterações no Leste Europeu, fomentando uma discussão sobre que rumos tomar. Uma das concepções que se fortalecem entre os educadores populares é a de "ver as realidades não mais reduzidas à ótica de classes, mas como possibilidades complexas de modos de produzir conhecimentos, modos de existir e de praticar" (SOETHE et al, 2001, p. 5). Parece que, neste repensar a educação popular, ganha espaço, na prática, a geração de trabalho e renda, inclusive sendo o enfoque primordial das organizações de apoio popular.

Assim, superando a ótica utilitarista da educação neoliberal, que qualifica os trabalhadores para o mercado capitalista e para que se mantenha o status quo, a educação popular, que embasa os projetos pedagógicos das organizações de referência da economia solidária, tem como princípio básico a

construção do sujeito político, capaz de transformar o mundo em que vive. O conhecimento é importante na medida em que serve para esta ação. Por isso, jamais pode ser apenas um conhecimento técnico, uma vez que o ser no mundo implica em tomar decisões e fazer opções de caráter político. (STRECK, 1996, p. 61).

Subvertendo a separação do trabalho intelectual e manual e a lógica capitalista de trabalho, a educação popular estimula que cada trabalhador articule conhecimentos práticos e científicos. Neste sentido, tanto a economia solidária como a educação popular têm como base a crítica à sociedade da exploração e no horizonte a sua transformação.

A concepção metodológica das práticas educativas da educação popular se funda num processo de construção do conhecimento que tem na prática o seu ponto de partida e, de certa forma, também de chegada. É teorizar sobre a prática e voltar a ela para transformá-la. Freire e Shor (1986, p.102) resumem isto ao dizer que os educadores populares têm “uma pedagogia criativa, que procura reinventar o conhecimento situado nos temas, nas necessidades, na linguagem dos estudantes, como um ato de iluminação do poder da sociedade.” Dez anos depois, Freire (2001, p. 67) reafirma que seu combate, na educação popular, é “trabalhar com aqueles que ousam desafiar a fatalidade histórica imposta pelo pensamento neoliberal”, numa clara oposição à tese de Fukuiama de que a História acabou, que o capitalismo e a democracia liberal atual são a única combinação possível e a melhor para as sociedades.

Ainda em relação à construção do conhecimento, destaca-se que se trata de um processo coletivo e não individual. Isto, no entanto, não significa que seja fruto de espontaneísmos e muito menos imposição de informações e saberes de uns sobre os demais. A discussão, nesse sentido, é dirigida a partir da decisão assumida pelo grupo sobre questões relacionadas às suas práticas, desafios e necessidades imediatas, e de acordo com o momento histórico, ritmo, informações e conhecimentos de cada integrante. Como afirma Azibeiro (apud UMBELINO, 2000, p. 45), ao escrever que “o ponto de partida não são certezas, verdades inquestionáveis, dogmas, receitas, mas algumas convicções a partir das quais se trabalha com a troca, o diálogo, abertura ao diferente e à mudança”.

Conclui-se com Coraggio (1996, p. 128) que a educação popular hoje pode ser concebida como uma

corrente educativa que engloba uma heterogênea comunidade de agentes que compartilham alguns princípios e métodos básicos aplicáveis e aplicados em

geral à educação de adultos, e cuja população de referência são os setores mais despossuídos da sociedade. Esses agentes não estão necessariamente organizados em unidades e redes centradas na Educação popular, nem operam como uma força social autônoma, ao estilo dos movimentos sociais, em compartilhar um mesmo projeto político (nem sequer uma mesma concepção do poder), mas em geral podem caracterizar-se por advogar pelos interesses populares.

O caráter emergencial das experiências de geração de trabalho e renda, que precisam ser viabilizadas no mercado capitalista, faz com que os trabalhadores necessitem de conhecimentos instrumentais. Cabe perguntar-se em que medida os processos de capacitação desenvolvidos apontam para a formação de sujeitos emancipados com um projeto coletivo alternativo. Na perspectiva da educação popular e da economia solidária, a emancipação dos setores populares pode ser construída tendo por base conhecimentos estratégicos (reflexão e questionamento da realidade, construção coletiva de outras formas de comercializar, produzir, gestionar e de desenvolver uma região). Por outro lado, a demanda imediata dos trabalhadores volta-se para os conhecimentos instrumentais. Ao que parece, há uma contradição entre os conhecimentos instrumentais e estratégicos que não está nos processos educativos, mas na economia solidária enquanto tal.

Construção de um projeto coletivo alternativo

Ao analisar as práticas educativas voltadas para a economia solidária, desenvolvidas no Rio Grande do Sul, encontrou-se pistas para a questão que norteia este trabalho. Foram identificados, ainda, aspectos importantes para uma compreensão mais abrangente acerca das práticas educativas da economia solidária.

A contradição entre conhecimentos instrumentais e estratégicos é inerente ao atual projeto da economia solidária. Isto, pois, este projeto, enquanto prática social, ainda não apresenta clareza suficiente do lugar que pretende alcançar. A falta de clareza se expressa principalmente pela incerteza sobre a relação entre os EES e o mercado capitalista. Assim, é fundamental um debate que defina que oposições existem entre o projeto econômico solidário e o mercado capitalista e, se são necessárias e quais devem ser as concessões.

Efetivamente, os empreendimentos produzem e comercializam neste mercado, necessitando conhecimentos técnicos. Estes saberes possibilitam que concorram com empresas, garantam sua renda e sobrevivam no mercado; porém, a economia solidária propõe⁴ práticas diferenciadas do capitalismo e saberes que ultrapassam o nível técnico.

⁴ Esta questão é trabalhada por diversos autores, dentre eles GAIGER (2000), SINGER (2003) e MANCE (1999).

Vários estudos buscam caracterizar a economia solidária, revelar seu projeto, e neles é possível encontrar caminhos e propostas diferenciadas. Enquanto para alguns está se processando uma revolução através de redes de produção e consumo (MANCE, 1999), outros vão enfatizar as dinâmicas internas dos empreendimentos e o papel de inserção social que a economia solidária tem apresentado (SINGER, 2003). Estas diversas compreensões que o fenômeno tem recebido dificultam a configuração de uma estratégia de mudança.

O trabalho empírico permitiu identificar que os elementos estratégicos são pauta das práticas educativas e como são desenvolvidos os processos de formação e capacitação. Enquanto educação como prática da liberdade, a educação popular busca construir sujeitos emancipados a partir dos conhecimentos dos envolvidos no processo. Educadores e educandos devem construir conhecimentos novos, refletir criticamente sobre a realidade e fazer correlações com os conhecimentos existentes. Os elementos estratégicos do projeto de economia solidária, neste sentido, estão em processo de construção no cotidiano de cada empreendimento, nas atividades realizadas pelos agentes e nas pesquisas sobre o tema.

Cabe ressaltar que a mesma distinção que, *a priori*, estabelece-se quanto aos componentes que estão presentes nos processos educativos da economia solidária (instrumental, organizacional e estratégico), também é identificada pelos agentes. Os mesmos percebem que há, também, diferentes perspectivas de atuação que perfazem sua prática.

Práticas Educativas dos Agentes da Economia Solidária no Rio Grande do Sul

Há, no Rio Grande do Sul, uma gama de entidades voltadas às atividades de formação e capacitação de trabalhadores de EES, o que confirma um efetivo investimento em processos educativos na economia solidária. Entre estas organizações existe a opção política e metodológica pela educação popular, podendo-se distinguir aquelas que têm um histórico de atuação em movimentos populares e outras que surgem com a expansão da economia solidária. Em ambos os casos, o pressuposto pedagógico marcou o discurso dos agentes, indicando que os processos educativos visam promover a emancipação dos trabalhadores. Os programas pedagógicos dos agentes evidenciam a preocupação com os conhecimentos organizativos e estratégicos, os quais alavancariam tanto a emancipação endógena como a exógena ao empreendimento.

Também os agentes do cooperativismo tradicional apresentam em suas atividades pautas direcionadas para questões de caráter organizativo. As demandas técnicas, emergenciais entre os trabalhadores, são destacadas nas políticas públicas das prefeituras. Possivelmente esta separação está vinculada ao caráter de cada um dos agentes, os primeiros são ONGs, que como conjunto têm se mostrado

empenhadas em propor outras lógicas de organização e questionar o capitalismo, já, os segundos estão premidos pela sua dinâmica a apresentar resultados a curto prazo.

Esta tendência das práticas educativas em tratar de saberes estratégicos e organizativos, visto que as ONGs configuram uma gama maior de programas de formação e têm abrangência mais ampla, não impede que se manifestem relações de tutela agente/ator. Esta ambigüidade entre o discurso que aponta para a emancipação e a prática que protege, aparece entre alguns agentes e se evidencia, quando, por exemplo, não há espaço para os trabalhadores participarem da construção do conteúdo programático das atividades que irão participar. Freire (apud SOTO, 2001) alerta que a ação dos agentes externos pode assumir esta posição verticalista, autoritária, de manipulação, sendo eles os que decidem o que se ensina, negando a possibilidade do indivíduo exercer seu papel de sujeito. Esta é uma situação de reprodução social, onde não se rompe a relação opressor-oprimido, o conteúdo é transmitido mecanicamente através de uma série de técnicas que elevariam a produtividade e logriariam o desenvolvimento objetivado. Porém, o que se busca, quando se opta pela educação libertadora/popular, tanto em atividades formais, informais e não-formais, é o protagonismo dos setores populares, oportunizando “permanentes e profundas análises conjunturais e estruturais, bem como a apresentação de elementos para a construção de conceitos e concepções” (SOETHE, 2004: 62), que viabilizem um projeto alternativo de desenvolvimento.

Analisando o conjunto de propostas de formação dos agentes da economia solidária, o discurso explícito e a opção pela educação popular podem ser indicativos de que os processos educativos da economia solidária estejam contribuindo para a construção de sujeitos emancipados. Há que se relativizar, no entanto, frente a cada organização e cada grupo de atores envolvidos, pois só uma análise detalhada de cada situação permitiria fazer afirmações em tal sentido.

No caso específico do CAMP, o acompanhamento da metodologia, na região do Vale do Sinos, possibilitou observar com mais detalhamento os processos educativos e encontrar pistas mais consistentes para a questão. Através das entrevistas e da análise de seus documentos, pode-se concluir que a entidade tem clareza quanto aos desafios estratégicos colocados para a economia solidária. O CAMP identifica a economia solidária a partir das idéias-chave do socialismo e da economia popular. Em outras palavras, as experiências de geração de trabalho e renda autogestionárias retomam a perspectiva de ruptura com o capitalismo, ao mesmo tempo em que são atividades econômicas desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir as necessidades básicas. Assim, há elementos estratégicos a serem construídos na tentativa da mudança social, e outros saberes que estão entre os trabalhadores, os quais, também, integram as atividades de formação. As demandas dos atores e os seus conhecimentos são colocados à frente das questões organizacionais e estratégicas.

Uma pesquisa das demandas com o grupo a ser atendido é uma das primeiras ações do CAMP. Tendo presente as demandas técnicas e os saberes populares, busca-se fazer a relação com os conhecimentos organizacionais, os quais estão voltados para dentro do EES.

O trabalho educativo analisado, ainda que não se fixe no componente estratégico da economia solidária, é atravessado por este. Os educadores, tendo presente as discussões realizadas na entidade ou em outros lugares, trazem para as atividades de formação a abordagem do projeto que a ONG defende, ainda que este esteja em construção. Os trabalhadores, participando dos processos formativos, convivem com ambientes e pessoas diferenciados do seu cotidiano. Este envolvimento favorece: ampliar suas relações, trocar e construir saberes, valorizar sua experiência enquanto participante de um EES, ou ainda, ter a percepção de si como cidadão e dos espaços que pode interferir na sua comunidade ou sociedade. As atividades de formação podem estar apontando para a construção de sujeitos emancipados, isto, fundamentalmente, pelo método de trabalho através do qual se desenvolve um processo de construção de cidadania, capacidade de análise crítica e de construção coletiva. O discurso e a prática do CAMP evidenciaram-se como respeitando o lugar e a compreensão das pessoas envolvidas nos processos de formação e, ao mesmo tempo, estimulando a troca de saberes entre os participantes.

“Assim como no fenômeno do desenvolvimento de qualquer pessoa, o principal movimento é sempre endógeno, da mesma forma acontece em relação aos grupos de pessoas e comunidades locais”. (SOETHE, 2004, p. 20). Partindo dessa premissa, as atividades de formação, ao envolver trabalhadores e buscar um outro desenvolvimento, alternativo, local e solidário, têm como objetivo a construção do sujeito político, capaz de realizar a mudança social. Retomando Streck (1996, p. 61), “o conhecimento é importante na medida em que serve para esta ação. Por isso, jamais pode ser apenas um conhecimento técnico, uma vez que o ser no mundo implica em tomar decisões e fazer opções de caráter político”. Ao mesmo tempo em que os programas de formação partem da realidade, das demandas, faz-se necessário a inter-relação com outras formas de saber, que potencializem os trabalhadores dos EES a se posicionarem e agirem, defendendo os seus interesses, que são, também, de outros trabalhadores.

Entretanto, mesmo que apontando para a abertura de espaços de cidadania no Vale do Sinos, e, possivelmente, em outras regiões, o impacto destas atividades ainda é pequeno. Frente à conjuntura atual, as iniciativas da economia solidária são incipientes e seus processos formativos atendem uma parcela ínfima da população. Os dados da pesquisa mostram que estão envolvidas neste movimento pessoas que em outras épocas participaram de organizações de base, sindical ou comunitária,

indicando que há um revigoramento das lutas populares, mas, também, que há uma delimitação dos círculos onde esta proposta é discutida.

Nestas circunstâncias, os agentes são os atores do processo de construção de uma outra economia, mediando práticas que construam novos atores para este projeto, os trabalhadores dos EES. Sendo mediadoras, as entidades de apoio à economia solidária têm como propósito fomentar os EES, tanto com recursos financeiros como na sua organização interna e externa. A atuação das ONGs e dos poderes públicos, por serem bastante estruturados, no momento atual, tem grande influência nos encaminhamentos que a economia solidária toma no Estado. As questões estratégicas possíveis de se diferenciar, também, nos estudos a cerca do tema, na prática têm sido orientadas pelos agentes, conforme a tendência política que assumem. As vertentes teóricas, retomadas pela economia solidária, do cooperativismo, do associacionismo e do marxismo, norteiam o projeto e o discurso dos diferentes agentes. Tem-se presente que, na educação popular, tanto educando como educador são sujeitos do processo, porém o que se pretende enfatizar com esta análise é a fragilidade do protagonismo dos trabalhadores. Em entrevista, uma educadora do CAMP salientou esta questão:

a economia solidária, ela surgiu como conseqüência. Ninguém que está na economia solidária está porque quer, simplesmente se jogou como uma tábua de salvação. A economia solidária surge por causa de um processo de desemprego, de globalização, das condições de trabalho e tem que ir para aí, mas [os trabalhadores] não têm uma visão de causa e conseqüência, de projeto, de como é que nós temos que ir.

O relato de um educador sobre esta mesma questão, nas entrevistas exploratórias, também é significativo neste sentido:

A principal demanda de um grupo que está começando é renda, emergencial a curtíssimo prazo. E esta é a leitura que os trabalhadores fazem: eu entro no empreendimento se me gera alguma renda, senão eu não entro. Isso é comum de ouvir. Então de fato o início de um grupo ele traz o desafio de fazer esta síntese entre dar conta da renda que a pessoa precisa com o ideal coletivo. O ideal não tão ideal assim, mas o ideal próximo. Como se pode buscar uma renda coletivamente, e não individualmente. Coletivamente é: num espaço físico coletivo, com os equipamentos coletivos, o negócio coletivo, pensar a forma jurídica coletivamente, esse é o imediato.

Estas duas falas ilustram o momento inicial de um processo de formação e capacitação da economia solidária. A motivação, perspectiva de produzir, comercializar e relacionar-se noutra lógica é incipiente ou inexistente. Os educadores, a partir das necessidades e dos conhecimentos dos trabalhadores desenvolvem um processo dialógico de educação. Os agentes, no momento de intervir nesta realidade, também são atores, constroem a sociedade e a transformam. A mediação que estabelecem com os

trabalhadores da economia solidária no seu processo de formação enquanto cidadãos e sujeitos emancipados, na proposta da educação popular, tem como base “seus verdadeiros níveis cognitivos e afetivos, como é sua linguagem autêntica, que grau de alienação trazem para o estudo crítico e quais suas condições de vida”. (FREIRE; SHOR, 1986, p. 17). De certa maneira, são os agentes que constroem o discurso da economia solidária e é no cotidiano das atividades dos EES que a prática se concretiza. Para Coraggio (2001, p. 10), se o promotor é um mediador hábil, que contribui para entender as capacidades dos trabalhadores, e, desde o começo, faz com que o projeto seja gerado com a ampla contribuição dos mesmos, não tem que fazer um trabalho para que se apropriem do projeto, pois ele já é propriedade coletiva do grupo. Porém, este autor salienta que tem ocorrido uma manipulação, simulando um intercâmbio dialógico. A opção político-metodológica pela educação popular tenderia à superação desta simulação entre quem é o ator e o agente da economia solidária. Pelo seu propósito libertador, tanto educador como os educandos aprendem; são os sujeitos cognitivos, apesar de serem diferentes.

Por outro lado, as diferentes leituras da economia solidária, do envolvimento dos trabalhadores no seu processo enquanto prática social, orientam a análise no sentido de que há dinâmicas distintas, conforme a atuação do agente e do educador em determinada localidade. O CAMP apresenta inserções em cada região, que são conseqüências de encaminhamentos que tomou na aproximação dos trabalhadores e no desenrolar de suas atividades. Os educadores, que são os articuladores, têm importância fundamental no direcionamento das ações da entidade nas localidades que atuam. Ao que parece, a presença do indivíduo educador pode fazer diferença nas características da economia solidária de uma região, quando este opta por uma metodologia que parte dos trabalhadores. Esta dinâmica, conforme se observa, pode ter uma forte marca pessoal do educador ou, ainda, estar vinculada aos laços pessoais que este tem no local que está trabalhando.

Considerações finais

A hipótese que orientou este estudo foi a de que as entidades de apoio, frente às demandas emergenciais dos empreendimentos, restringem-se a desenvolver processos de capacitação e de formação voltados para questões técnicas e organizacionais. Essa articulação entre a dimensão instrumental e organizativa, porém, não é suficiente para a formação de sujeitos emancipados. Mais do que isso, também é preciso construir com os trabalhadores um conhecimento estratégico que permita situá-los numa perspectiva mais ampla e perceber as possibilidades de mudanças sociais de sua práxis; tendo presente um projeto de sociedade, que busque constituir novas relações de trabalho, sociais, políticas, econômicas e culturais. A busca de viabilidade econômica e de relações mais democráticas, no âmbito dos empreendimentos, combinada com a carência desta concepção política mais ampla, faz com

que muitos dos empreendimentos solidários acabem assimilando a lógica do mercado capitalista, o que dificulta a emancipação dos trabalhadores.

A pesquisa indicou que, mesmo as atividades de formação orientadas para as demandas emergenciais configuram um espaço que permite o exercício da cidadania para os envolvidos no movimento da economia solidária. O processo de emancipação dos trabalhadores, porém, necessita não só da construção coletiva da dimensão política do projeto de economia solidária, mas de outros âmbitos da sociedade. Questões como: ciência, tecnologia, saúde, e biodiversidade, perpassam as práticas sociais e a possibilidade de construção de um projeto transformador e emancipador. Ainda que entre os princípios dos EES sejam elencadas questões de caráter político e social, como relações igualitárias de gênero e cuidado com o ambiente, é importante frisar que há uma gama de conceitos e concepções que necessitam serem discutidos coletivamente. De dentro da economia solidária já aparecem sinais de um projeto de mudança social, que, no entanto, está sendo gestado, principalmente, pelos agentes. No seu entorno gravitam outros temas fundamentais para a um processo de emancipação dos sujeitos. Este trabalho, nesta perspectiva, sinaliza outras questões que devem ser consideradas para se pensar a emancipação, as quais poderiam ser identificadas a partir dos próprios sujeitos, atores e agentes, buscando alternativas para a viabilização deste projeto.

Referências bibliográficas

CATTANI, Antonio David. Emancipação social. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 130-134.

CONSEJO DE EDUCACION DE ADULTOS DE AMÉRICA LATINA. Educacion popular: nuevos horizontes y renovacion de compromissos. **Revista La Piragua**, México, n. 18, p. 5-18, 2000.

CORAGGIO, José Luis. Problematizando la economía solidaria y la globalizacion alternativa. In: Encontro INTERNACIONAL SOBRE A GLOBALIZAÇÃO DA SOLIDARIEDADE, 2., Quebec, 9-12 out. 2001.

_____. **Desenvolvimento humano e educação**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1996.

CORRÊA, Luís Oscar Ramos. **Economia popular, solidária e autogestão: o papel da educação de Adultos neste novo cenário**. [Porto Alegre]: [s.n., 200-]. Mimeografado.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GAIGER, Luiz Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 267-86.

GOES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler: 1961-64: uma escola democrática.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: _____. et al. (Orgs.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 15-37.

MANCE, Euclides A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis: Vozes, 1999.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 76-84.

NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e economia solidária.** [S.l.: s.n., 200-]. Mimeografado.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 116-126.

SOETHE, José Renato. **Pistas para uma concepção atual de Educação Popular.** [São Leopoldo]: s.n., [2004] No prelo.

_____ et al. Vale do Sinos: resgate histórico e visão popular do desenvolvimento. **Cadernos CEDOPE.** São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

SOTO, Elba. Na lembrança, um sonho ou uma tentativa de desenvolvimento rural? In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. et al. (Orgs.). **Educação não-formal: cenários de criação.** Campinas: Editora Unicamp, 2001. p. 249-261.

STRECK, Danilo. O que, afinal, é básico na educação básica? In: _____. **Educação básica e o básico na educação.** Porto Alegre: Sulina/ Unisinos, 1996. p. 9-32.

TIRIBA, Lia. Práxis produtiva e princípio educativo. In: _____. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção.** Ijuí: Editora Unijuí, [200-].

UMBELINO, Valmor João. **Sócio-economia solidária e educação popular: contradições perspectivas.** Dissertação. (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.